



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1677/15	DATA: 09/09/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 15h57min	PÁGINAS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão realizada no dia 3 de setembro.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Em discussão a ata. Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas pelos membros da CPI à Secretaria da Comissão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do eminente Deputado Reginaldo Lopes:

“Sr. Presidente, nos termos do art. 83, inciso II, alínea “a”, combinado com o art. 160 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos alteração da ordem dos trabalhos, dando-se preferência para apreciação dos requerimentos Itens nº 12, Requerimento nº 111, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, e nº 10, Requerimento nº 83, de 2015, do Sr. João Gualberto. Sobre os demais itens da Ordem do Dia, vamos respeitar as alterações aprovadas anteriormente pelo Plenário desta Comissão”.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Peço apoio aos colegas para que possamos fazer essa inversão e apreciar esses dois requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Indago se alguém deseja encaminhar contra o requerimento, lembrando que o item 12 é o Requerimento nº 111, que *“requer que sejam tomadas as providências necessárias à convocação dos Srs. Wesley Batista e Joesley Batista”*, e o item 10, do Sr. João Gualberto, que *“requer que seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Taiguara Rodrigues dos Santos”*.

Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento do eminente Deputado Reginaldo Lopes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ordem do Dia.

Conforme deliberação de V.Exas., passemos então ao item 12. Requerimento nº 111, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, que *“requer que sejam tomadas as providências necessárias à convocação dos Srs. Wesley Batista e Joesley Batista, principais acionistas da JBS”*.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Presidente, questão de ordem.

Há um requerimento também do Deputado Bebeto. É importante fazer a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há. Nós temos três requerimentos de igual teor: o item 7 da pauta do Sr. Carlos Melles; o item 4 da pauta, Requerimento nº 44, de 2015, do Sr. Carlos Melles; o item 12 da pauta, do Sr. Arnaldo Jordy, e o item 21, do Sr. Bebeto, que *“requer que seja submetida à deliberação do Plenário também a convocação do Sr. Wesley Batista e do Sr. Joesley Batista”*.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Estamos pedindo preferência pelo do Bebeto juntamente com os dois demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Estão todos juntos agora, todos apensados.

V.Exa. quer encaminhar o requerimento, Deputado Bebeto?

Indago se alguém deseja fazer encaminhamento de votação.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.



Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento de convocação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Rejeitado! Está Rejeitado!

O SR. DEPUTADO BEBETO - Nominal! Nominal! Nominal!

Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Verificação nominal solicitada pelo Deputado Bebeto. *(Pausa.)*

V.Exa. é Vice-Líder, Deputado Bebeto?

Peço à Assessoria, então, providenciar a votação nominal no painel. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BEBETO - Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Bebeto com a palavra.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Quero pedir para abrir mão de encaminhar o nosso requerimento, considerando que esta Comissão, por exaustivo debate realizado e a fim de dissecar dúvidas relativamente àquilo que é objeto desta Comissão, que é exatamente a ideia que aqui prevalece de empréstimos vinculados do BNDES à promoção de financiamentos de campanha. E, tendo sido o JBS objeto de debate, de uma série de questionamentos desta Comissão, as Sras. e os Srs. Deputados têm a oportunidade ímpar de passar a limpo essa realidade. Não vejo qual é o temor, ou que manobra regimental possa ser aqui adotada para não trazermos a esta Comissão o Sr. Joesley e o Sr. Wesley. Esta Casa tem a rara oportunidade de dar uma demonstração pública à sociedade sobre os fatos que estão sendo divulgados, sobejamente divulgados pela imprensa, dando conta inclusive de que 40% do resultado líquido do ano de 2013 foi investido pela JBS em campanha, mais de 360 milhões. Todos nós que dizemos que queremos passar a limpo este País temos a oportunidade de trazê-los, até para que esta Casa não sofra o enxovalhamento, como está a sofrer, de que a JBS domina esta Casa pelos seus Parlamentares.

Portanto, trazê-los aqui é uma oportunidade, e os Deputados que reclamam — estou falando de todos os Deputados, inclusive dos desta Comissão —, todos nós que desejamos que esses fatos sejam dissecados amplamente, nós temos essa oportunidade se aprovarmos o requerimento, não se o derrotarmos.



A manobra nós entendemos, agora, cada um dos Srs. e das Sras. Parlamentares tem a oportunidade de expressar o que pensa, botando a sua digital e dizendo se quer ou não trazer o Wesley, se quer ou não que esta CPI cumpra o seu papel de investigar integralmente. Esta votação nominal tem esse caráter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Bebeto e ouço o Deputado Paulo Magalhães.

O processo de votação está em curso. Peço às Sras. e aos Srs. Deputados que já manifestem seu voto.

Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Bebeto generalizou um posicionamento. Eu não tenho nenhuma ligação com Friboi nem com quem quer que seja, e o meu voto foi e vai ser claramente de acordo com as minhas convicções. Acredito que o Deputado se precipitou quando generalizou a sua posição, mas, como eu tenho por ele uma admiração muito grande, vou perdoá-lo. Sei que ele não quis atingir a todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, a orientação “sim” é para a convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - “Sim” é pela aprovação do requerimento, “não” é pela derrubada do requerimento, item 12 da pauta.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha vida política nunca foi ligada a empreiteira de nenhum tipo, portanto eu fico bem à vontade para votar. A discussão sobre a conveniência ou não diz respeito a outra avaliação, relativa aos andamentos desta CPI. Portanto, eu darei o meu voto contrário, e sem ter nenhum tipo de relação com nenhuma dessas empreiteiras. Aliás, hoje, num pronunciamento que fiz no plenário, demonstrei, com os números do Tribunal Superior Eleitoral, quem foi o maior beneficiado com recursos de empresas que recebem ou receberam financiamento do BNDES. Está



explícito lá na lista do TSE quem efetivamente foi o beneficiado com esse tipo de recurso.

Então, fico bem à vontade. É claro que cada um faz o seu pronunciamento, de acordo com as suas convicções políticas, mas quero dizer que a minha convicção é em relação ao andamento desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Ouçó o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Só um minutinho. Eu sei que ele não é empreiteiro, mas também sei o que é empreiteiro. Eu falei que quem recebeu os recursos, que quem foi mais beneficiado, está lá no TSE, de empresas que receberam financiamento do BNDES, que não foi só a JBS, foram também as grandes empreiteiras do País. Quero deixar bem clara a posição adotada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy. Na sequência, o Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria, nesta brevíssima manifestação, resgatar um pouco do que foi o debate feito na sessão passada desta Comissão. Na sessão passada, eu e outros Parlamentares nos sentimos incomodados com especulações feitas na imprensa — eu não sou daqueles que se move por especulações de imprensa, mas, neste caso, não foi a primeira — de que esta era a CPI do faz de conta e de que tinha havido um grande acordo para não se convocarem empresários nem políticos nesta CPI. Como o PPS, por mim aqui representado, não participou de acordo nenhum, eu fiz questão, com todo o respeito aos demais Deputados, de levantar uma questão de ordem.

Antecipei pessoalmente para V.Exa. e depois expus publicamente que eu estranhava esse tipo de comentário e achava ruim esse tipo de especulação em torno da CPI, em que até então — vamos falar francamente aqui — nós só ouvimos propaganda institucional do BNDES, o que fez inclusive esta mesma Comissão revisar e eliminar alguns dos ex-presidentes e diretores do banco, etc., admitindo o excesso.

Assim sendo, eu apresentei, junto com outros Deputados — o Deputado Bebeto também —, três requerimentos. Conseguimos assinaturas suficientes nesses



três requerimentos e, por um acordo provocado pelo Deputado André Moura e chancelado por V.Exa., Presidente, ficamos de apreciar esses requerimentos hoje.

Mais uma vez há especulação na mídia de que esta é a Comissão Parlamentar de Inquérito do faz de conta, de que nós não vamos aqui apurar coisa alguma. E eu acho que nós temos que apurar pelo menos esses casos que são abundantemente, flagrantemente visíveis, que envolvem o mérito, a natureza desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, não há nenhuma estranheza, nenhuma inconveniência, nenhuma absurdez, nenhuma impertinência em nós aprovarmos requerimentos para alguns desses casos que são emblemáticos. Um deles é o do grupo JBS; outro, o do Sr. Eike Batista; outro, o do Sr. Dalton Avancini, que já delatou na Justiça Federal que, para obter parcela dos recursos de financiamento do BNDES, teve que superfaturar obras da maior obra do PAC e pagar propina para partidos para obter 16% — isso está lá na delação premiada!

Então, não há como esta CPI não ouvir, na minha opinião, esses personagens que já estão sendo investigados em outras esferas institucionais da República.

Eu lamento que se escorem no argumento da conveniência. Qual é o momento da conveniência? Nós temos que aprovar isso. Já temos um calendário aprovado, e vamos segui-lo, pelo que disse V.Exa. Eu estou de acordo com isso. Vamos seguir esse calendário. Esses empresários que estão sendo objeto de convocação aqui vão ficar para o final da fila. Mas nós temos que sinalizar que nós não estamos... Senão eu acho que esta CPI perde o seu foco, se ficarmos com essa proibição absurda, extemporânea, sem sentido algum, de ouvir pessoas que já estão inclusive respondendo pelos seus supostos envolvimento em outras esferas institucionais da República.

Por isso eu faço um apelo aos nobres pares: que nós possamos dar uma satisfação da razão de ser desta CPI aprovando estes requerimentos que estão sendo objeto da nossa apreciação neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa.



Antes de proclamar o resultado da votação, concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu gostaria de incorporar integralmente a fala do Deputado Arnaldo Jordy e também a consideração feita pelo Deputado Bebeto, porque entendo a necessidade de nós ouvirmos também esses empresários, a partir desses requerimentos.

Veja, Presidente, colegas Deputados e Deputadas, que não há nenhum julgamento de valor neste instante em relação a essas figuras. O que nós queremos é ter clareza sobre como se procedeu essa relação entre BNDES e empresários, sem antecipar juízo de valor. Portanto, acho que não há nenhum absurdo em trazer essas pessoas aqui, para que nós possamos ter essa conversa, esse diálogo, para que possamos apreciar informações e tirar dúvidas. A CPI precisa deixar claro para a sociedade o que deseja fazer, e, na medida em que esses dois requerimentos não são aprovados, evidentemente nós vamos ter muita satisfação a dar, porque isso não vai ser compreendido pela população que está lá fora.

De toda forma, eu gostaria de deixar registrado que o PSDB está acompanhando a votação favorável à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos proclamar o resultado.

Alguém não votou? (*Pausa.*)

Deputado Fabio Reis.

Enquanto isso, o Ministro Carlos Melles tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Presidente, colegas Deputados.

Eu queria passar a V.Exa. o seguinte: a não convocação, a não aprovação destes requerimentos, é a negação da CPI. Eu vou passar uns dados aqui, para vermos, se não uma promiscuidade, uma condição amoral. A Fibria tem 4 milhões em doação; o JBS, 361 milhões, além do BNDESPAR, que é o maior acionista do banco; a Braskem, 28 milhões, quase 30 milhões de doações em campanhas; a COPASA — eu vou fazer um requerimento para a COPASA, de Minas Gerais —, 13 milhões; a EMBRAER, 3 milhões; a Gerdau, 27 milhões; a Klabin, 2 milhões; a Tractebel, 6 milhões; e a Vale do Rio Doce, 16 milhões.



Se nós não tivermos essa clareza aqui, essa transparência aqui na CPI, se não ouvirmos as pessoas beneficiadas e os vasos comunicantes políticos desse ambiente, nós não teremos motivo para estar aqui sentados numa CPI do BNDES. Portanto, não aprovar estes requerimentos será a negação, obviamente, da existência desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Edio Lopes, V.Exa. vai registrar o seu importantíssimo voto, e depois nós vamos proclamar o resultado da votação. *(Pausa.)*

Votos “não”, 15; votos “sim”, 9.

Estão rejeitados os requerimentos que pedem a convocação do Sr. Wesley Batista e do Sr. Joesley Batista, principais acionistas do JBS.

Passa-se ao próximo item da pauta.

Requerimento nº 83, de 2015, do Deputado João Gualberto — apensado ao Requerimento nº 110, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy —, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Taiguara Rodrigues dos Santos para prestar depoimento, na condição de testemunha”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Presidente, eu não pedi inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi o Deputado Reginaldo Lopes quem pediu, e nós aprovamos, Excelência.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu sei, mas por que a inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi solicitada preferência para votação de dois itens.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas quem pediu a preferência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Reginaldo Lopes. Eu coloquei em votação o requerimento, e ele foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Olha, é bom que todos os presentes aqui percebam quem quer e quem não quer convocar essas pessoas. A



imprensa viu como o PT votou. Esse Taiguara — pediram a inversão de pauta também — é um ex-cunhado do Presidente Lula, um ex-cunhado, considerado sobrinho do Presidente Lula pelas obras que ele conseguia, um rapaz que nos últimos anos foi muito bem-sucedido. Eu acho que temos que investigar isso. Agora, todo mundo aqui está percebendo a manobra que o PT está fazendo para inverter a pauta exatamente para duas pessoas que talvez o PT não queira. Este rapaz é um ex-cunhado de Lula. Ele é irmão de uma ex-mulher do Presidente Lula. Parece que as pessoas não querem aprovar a vinda dele aqui, e todo mundo sabe do envolvimento dele nessas obras em Angola, em Portugal. Inclusive está sendo investigado também pelo Governo de Portugal, pelo Judiciário de Portugal.

Então, eu peço aos pares aprovação, porque esse é um nome importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós queremos, uma vez mais, deixar clara a nossa posição nesta Comissão. Nós não somos contra a convocação de quem quer que seja; agora, é preciso estabelecer fatos, é preciso pontuar de forma bastante clara o porquê de se estar convocando alguém para vir a esta CPI.

Eu entendo, Sr. Presidente, que convocar aqui diretores de empresas sem que tenhamos um fato determinado, um fato consistente para a convocação, primeiro, coloca a empresa em risco. Essas empresas têm acionistas, essas empresas têm créditos, essas empresas têm interesses, e a simples convocação a uma CPI desta pode estabelecer enormes prejuízos a elas.

Portanto, nós não somos contra a convocação de ninguém, mas é preciso que o requerente enumere aqui fatos claros e determinantes. Sem essa condição, não há que se falar em convocação só porque “eu acho”, só porque a pessoa é parente ou aderente de quem quer que seja. É preciso que haja fatos claros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, se essa argumentação do Deputado Edio for levada a cabo, nós não vamos mais poder



convocar ninguém aqui. O que nós queremos é ouvir as pessoas, sem fazer juízo de valor neste instante. Queremos ouvir, saber de informações sobre fatos que nós estamos querendo apurar. Não há uma condenação, não há uma acusação sendo feita ainda, por ninguém aqui desta CPI, mas esses elementos a sociedade precisa conhecer, porque o BNDES fez vastos financiamentos para esses grupos empresariais, e nossa tarefa é apurar essa informação.

Portanto, eu quero discordar completamente do argumento do Deputado Edio Lopes e pedir que nós possamos aqui convocar esses empresários, como o sugerido agora pelo Deputado João Gualberto. Também achamos fundamental que essa figura venha aqui fazer o seu depoimento, porque há relações de tráfico de influência contra o ex-Presidente Lula, e esse Sr. Taiguara teria sido um braço para operar essas relações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho.

Para falar como autor, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy. Na sequência, falará o Delegado Edson.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, depois do argumento de alguns dos Srs. Deputados e Deputadas aqui, ela não tem mais sentido de existir. Se nós tivermos que ter o fato concreto, o crime praticado, o inquérito construído, faltando apenas a sentença judicial, não é preciso CPI. A CPI serve exatamente para investigar: Comissão Parlamentar de Inquérito. "Inquérito" tem tradução no dicionário da Língua Portuguesa. Esta é uma Comissão de investigação. Ou seja, há um elemento suspeito, há um indício, há uma pequena evidência de que pode ter havido alguma promiscuidade nas relações institucionais que são objeto da sua constituição, então é dever da CPI apurar.

Ora, nós chegamos à conclusão, recentemente, em votação por 15 a 9, de que o Grupo JBS não tem nada a ser investigado no Brasil em relação a financiamentos, em relação aos grandes financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Ora, isto é da natureza constitutiva desta CPI. Se os grandes, que inclusive foram objeto da constituição, da justificativa



para a existência desta CPI, não puderem vir aqui, é melhor encerrarmos a CPI, Sr. Presidente, porque não haverá sentido nela.

O mesmo vale para o requerimento que está em tela. A Odebrecht, que é uma das envolvidas em várias denúncias — isto é de domínio público — e essa empresa do Sr. Taiguara Rodrigues dos Santos, a Exergia Brasil... A Odebrecht subempreitou, desviou e financiou recursos para essa empresa exatamente no período consequente dos recursos obtidos do financiamento do BNDES, para fazer complementação de obras em Angola.

As evidências estão aí! Esse cidadão é parente ou contraparente do ex-Presidente Lula, que, segundo as informações, de domínio público, virou, depois que saiu da Presidência, garoto propaganda da Odebrecht. Ora, indícios existem! Esta a razão da nossa convocação, para ele se explicar. Ele vem aqui e diz: *“Olha, não tem nada a ver, estão aqui os documentos”*, acabou. O senhor vem e nutre de expectativas aqueles que estão querendo investigar seriamente nesta CPI.

Por isso, renovo aqui o apelo a V.Exa. e aos nossos pares para que possamos iniciar o funcionamento desta CPI, ouvindo as pessoas que são suspeitas de ter sido beneficiadas por empréstimo do maior banco de fomento da América Latina.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, eu estou vendo...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - V.Exa. se esqueceu de mim, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, nós temos outros requerimentos para avaliar aqui hoje. A não iniciativa aprovada agora... do Relator José Rocha, da LBR; nossa, da LBR; do Zarattini, da Marfrig e da LBR também... Não tem mais sentido continuarmos a sessão. É preciso repensarmos a CPI se nós não tivermos aqui a liberdade da convocação, instrumento para o qual a CPI foi criada. Acho um absurdo o que está acontecendo aqui agora! Isto vai nos expor muito. A mídia vai buscar o porquê de Deputados terem votado contra, e a CPI vai ficar desacreditada.



Acho que V.Exa., dado o nível dos novos requerimentos de convocação... Não tem mais justificativa chamar os que estão aqui, se o requerimento que não foi aprovado agora continuar assim, se V.Exa. permitir que assim o seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Melles, nós somos um colegiado. Eu acho que diminuir a democracia, formada por várias correntes ideológicas e políticas, é diminuir o Parlamento também. Nós estamos num processo democrático de votação.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Perdoe-me, Presidente, mas neste caso aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Cada um se coloca e se posiciona da maneira que mais lhe convém.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Neste caso aqui, não. Isto aqui é uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois é, mas trata-se de um colegiado, onde a maioria também delibera: se aprova ou derrota os requerimentos.

Com a palavra o Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, o pessoal está muito apressado. O pessoal precisa ter um pouco mais de cautela, porque cautela e canja de galinha não fazem mal para ninguém. Tudo vai ter o seu tempo. Eu acho que a investigação, ela segue passo a passo. Vamos trazer essas pessoas para cá e vamos perguntar a elas o quê? O pessoal nem analisou os documentos que estão lá no cofre. Chamá-las só para fazer espetáculo, não, Sr. Presidente! Vamos trabalhar sério. Vamos trabalhar sério, que a gente chega lá. Não é hora de chamar a pessoa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não é a hora! Vá por mim, vá por mim! A investigação é passo a passo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Exatamente. Vocês estão muito apressados, e o apressado acaba atropelando tudo, como eu quando estou falando. Às vezes eu atropelo a palavra porque eu falo muito rápido! *(Riso.)* Então, vamos devagar. *(Risos.)* Sério. Eu acho que temos que ter um pouco mais de



cautela. E não pode ser no drama, assim como o nosso Ministro falou aqui. Está tudo muito dramático! Vamos ser mais cautelosos. Bom mineiro, Ministro!

Com cautela, Presidente, um passo de cada vez, sem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o item 10 da pauta. Requerimento...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois não, Deputado Caio Narcio. Eu achei que V.Exa. já tinha resolvido o seu problema.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, não. Eu resolvi outro problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ah, V.Exa. tem outro ainda para resolver.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Continuo com problema nesse assunto.

Sr. Presidente, caro e nobre Relator, acredito que hoje é um dia fundamental para esta CPI. É hoje que nós vamos delimitar se nós vamos fazer esta CPI de fato ser respeitada pelos brasileiros, pela imprensa e por este Parlamento, ou se nós vamos jogá-la de fato no lixo. Hoje nós vamos enfrentar a pauta de convocações que levam esta CPI a uma pauta de investigação de acordo com os fatos. Cabe a nós hoje, com o nosso voto, que todos os brasileiros estão vendo, cabe a nós, a todos os Parlamentares que estão aqui dentro, dar uma resposta concreta, com a nossa atitude, para o que nós viemos fazer dentro desta Comissão.

E peço atenção aos pares. A convocação das pessoas... Dou o exemplo do Presidente Coutinho, que veio aqui, mesmo sem ser convidado, e se ofereceu para prestar seus esclarecimentos. Eu gostaria, se fosse o caso da minha pessoa, de estar aqui se houvesse qualquer dúvida perante a minha idoneidade. Eu seria o primeiro a me apresentar.

Todos os requerimentos que estão aqui para investigação partem da presunção de inocência, mas cabe às pessoas vir aqui prestar os esclarecimentos, para que não haja mais dúvidas. Acho que é missão desta Comissão aprovar os requerimentos, até para que os inocentes possam vir aqui e ser de forma mais rápida inocentados, demonstrando-se que não têm nada a ver com as dúvidas que pairam. Ficarão, sim, mais dúvidas se aqui nesta Casa nós não aprovarmos os requerimentos que estão em pauta.



Portanto, faço um apelo a todos, sob pena de sairmos todos nós desmoralizados desta CPI hoje: que aproveamos os requerimentos de convocação. É isso o que eu espero de cada um e é o que os brasileiros em casa estão esperando desta Comissão.

Votarei os requerimentos e peço aos pares que nos acompanhem, para que façamos aqui uma agenda propositiva, que demonstre clareza no nosso propósito de investigação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Caio Narcio.

Em votação o item 10 da pauta, Requerimento nº 83, de 2015, do Sr. João Gualberto, que *“requer seja submetido à deliberação do plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Taiguara Rodrigues dos Santos”*, apensado ao item 11 da pauta, Requerimento nº 110, do Sr. Arnaldo Jordy.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Manifestação no plenário: Aprovado! Aprovado!)

Aprovado o requerimento. *(Palmas.)*

Vamos ser justos. O requerimento foi aprovado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passa-se ao item 1 da pauta.

Item 1. Requerimento nº 3, de 2015, dos Srs...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não podemos fazer votação nominal agora. Não podemos fazer votação nominal agora.

Item 1. Requerimento nº 3, de 2015, dos Srs. Miguel Haddad e Raul Jungmann...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora*



formulado de convocação do senhor Eike Batista, do Grupo EBX". Apensados: itens 7, 9 e 23.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos votando o item 1 da pauta.

Deputado Zarattini, essa matéria já está vencida, o Plenário derrotou... o Plenário aprovou o requerimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu sou e vou continuar sendo imparcial. Eu não posso... Eu não posso...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu não posso ser babá de Deputado aqui! Eu sou o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se V.Exas. dormiram no ponto, o problema não é do Presidente, não é meu!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A matéria está vencida.

Item 1 da pauta.

Para discutir o item 1 da pauta, tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, V.Exa. não está sendo correto conosco! V.Exa. não está sendo correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não diga isso! Não diga isso!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. não está sendo correto, porque nós não tivemos condições de manifestar o voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É matéria vencida, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós não tivemos condições de manifestar o voto!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não diga isso! É matéria vencida, Deputado Zarattini.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós não tivemos condições de manifestar o voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho Gomes.
(Pausa.)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Miguel Haddad.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Toca a pauta! A matéria é vencida! Não vão ganhar no grito, não!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A matéria é vencida! Não vão ganhar no grito, não!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Essa matéria não foi corretamente votada, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele está querendo perturbar esta Comissão. Está claramente tentando perturbar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Esta matéria não foi corretamente votada.

(Não identificado) - Ele só veio aqui para perturbar. Presidente, a matéria é vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu queria restabelecer a ordem, por gentileza.

Eu, com a imparcialidade que assumi quando tomei posse como Presidente desta Comissão, eu aguardei inclusive alguns segundos para que V.Exas. pudessem se manifestar. Eu não posso ficar dizendo para Fulano, Sicrano ou



Beltrano se manifestar, porque esse não é o papel de um Presidente. O papel do Presidente é colocar os requerimentos em votação e fazer a contagem dos votos. E foi isso, Deputado Zarattini, o que eu fiz. Eu fiz a contagem dos votos juntamente com a Secretaria da Mesa e com o Vice-Presidente. Eu tive duas assessorias do meu lado: o 1º Vice-Presidente e o Secretário da Mesa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu peço a V.Exa., Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini, V.Exa. vai discutir o quê?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu quero discutir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Isso já é matéria vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É matéria vencida!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Os Deputados estavam levantando a mão, Sr. Presidente. Eu mesmo estava levantando a mão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Matéria vencida, Sr. Presidente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. proclamou o resultado sem dar tempo a que os Deputados se manifestassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, eu dei tempo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ... até no espaçamento da minha fala.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Custa V.Exa. refazer a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É matéria vencida. Nós já estamos discutindo o item 1 da pauta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. não quer refazer a votação. Não custa nada, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos discutindo o item 1 da pauta.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Tem que se manifestar a maioria do Plenário.

(Não identificado) - Presidente, segue a pauta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. está impedindo que a maioria se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou suspender a reunião por 2 minutos, a fim de restabelecer a ordem.

Está suspensa a reunião, por 2 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Reabro a sessão.

Passo a palavra ao Exmo. Sr. Miguel Haddad, autor do Requerimento nº 3, de 2015, que pede a convocação do Sr. Eike Batista, do Grupo EBX.

Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, até pelo que já foi muito noticiado pela imprensa em função das linhas de crédito e dos financiamentos obtidos pelas empresas do Sr. Eike Batista, faz-se necessária a sua convocação, para que possamos dirimir uma série de dúvidas, uma série de questionamentos. Por essa razão eu apresentei o requerimento. Peço ao Plenário que o aprove.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se mais alguém gostaria de encaminhar.

Deputado João Gualberto.

Informo que há requerimentos similares, dos Deputados Carlos Melles, Sérgio Vidigal e Arnaldo Jordy.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu insisto na fundamentação deste requerimento na tese. Nós já aprovamos aqui, e eu queria dialogar com o Deputado Delegado Edson e com outros Deputados que disseram



que nós precisamos esperar um certo cronograma. Eu quero insistir no seguinte: esses requerimentos, hoje, aqui, eventualmente aprovados, irão para depois do dia 27, de acordo com o calendário.

Portanto, nós temos praticamente o mês inteiro para ler, reler, analisar os documentos que inclusive já chegaram, Deputado Delegado Edson. Está certo? Nós não estamos sendo pegos de surpresa nisso. Esses requerimentos aprovados hoje serão apreciados depois de toda aquela lista do calendário que nós já apreciamos.

Agora, fica realmente muito esquisito situações como as do JBS, de Eike Batista, de Dalton Avancini, do Sr. Bené, esses personagens que, repito, já são personagens de outras investigações sob o mesmo objeto, e esta CPI silenciar, ruidosamente, diante dessas convocações.

O que nós assistimos agora em relação ao Grupo JBS — desculpem, com todo o respeito, eu me submeto ao jogo democrático — é vergonhoso para esta CPI. É vergonhoso! Depois não querem que criem suspeição sob financiamentos empresariais de campanha. É esse o resultado.

Qual é a isenção que tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito de Deputados que receberam — e está aí a lista para quem quiser ver. A imprensa vai ter acesso. Aqueles que foram beneficiados por esses que estão sendo objeto de investigação aqui? Que isenção terão? É mais honesto, Deputado Tadeu, fazermos esse debate de forma franca, sem subterfúgios.

Agora, eu repito, Sr. Presidente: é preferível fechar, encerrar esta CPI a deixar esses emblemas, esses personagens que são absolutamente emblemáticos para — e talvez algum deles inclusive ser a razão de ser desta CPI —, e nós, repito, silenciarmos ruidosamente diante da convocação dessas pessoas.

Eu espero que isso não aconteça com o Sr. Eike Batista e com os demais que possam vir aqui. É até uma oportunidade para eles provarem à opinião pública, a esta Comissão e a este Congresso que nada têm a ver com relação às suspeitas que pesam sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Bebeto, pelo tempo de 3 minutos. (*Pausa.*)

Abre mão.



Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, na questão do encaminhamento, é importante — e isso não impede que cada colega Parlamentar possa fazer a sua intervenção —, para otimizar inclusive a CPI, entrar no mérito. E, claro, serve a reflexão de cada Parlamentar aqui presente.

Então, gostaria que o requerimento fosse colocado em pauta e que houvesse maior celeridade na votação. Eu peço a compreensão de todos para que, ao invés de ficarmos só no discurso — e todos conhecem as posições de cada um —, possamos otimizar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, não temos problema nenhum em acelerar a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu queria fazer um apelo a V.Exa. exatamente por conta da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas eu queria, antes de entrar nesse ritmo — e me permita fazer aqui uma consideração —, reforçar inclusive uma preocupação minha quanto à última reunião, em relação à estratégia do Banco de enviar documentos sobre carimbo de sigilo.

V.Exa. já falou que vai haver uma reunião com os representantes do Banco para tentar esclarecer isso. A Presidente está chegando ao cúmulo do ridículo que o Banco está fazendo em relação a suas informações.

Eu já recebi relação de membros do Conselho Fiscal — só nomes dos membros que o BNDES tem na empresas, por ser acionário. E o Banco mandou como sigiloso.

Aí, Presidente, eu recebi desta Mesa a resposta em relação às atas que nós solicitamos dos contratos das reuniões do Conselho Administrativos.

Presidente, o Banco informa, em outras palavras, que não pode enviar alguns documentos porque estão sob sigilo e nega à CPI a informação sobre as atas, que seriam essenciais para que nós pudéssemos analisar o que está sendo discutido nessas reuniões do Conselho Administrativo.



Presidente, parece mais brincadeira! O banco envia simplesmente — e o requerimento é claro, o requerimento solicita inteiro teor das atas — a relação das reuniões em que foram votadas as atas e nos nega o direito de saber o que aconteceu nessas reuniões.

Sr. Presidente, essas informações são inócuas. O que está aqui neste documento, que já está na mão da Secretaria, absolutamente não acrescenta em nada. O Banco não está sendo colaborador. Está reforçando, pelo contrário, a imagem que a sociedade brasileira está tendo de um banco que não age com transparência.

E esse documento, Sr. Presidente, desculpe-me, mas ele não tem utilidade nenhuma. Aqui nós poderíamos rasgá-lo, que não tem validade nenhuma esse documento. Eu peço a V.Exa. a sua interveniência para que o Banco possa respeitar os pedidos de requerimento desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu concordo com V.Exa., Deputado Betinho. Inclusive, o próprio Banco já manifestou o interesse em estar aqui presente hoje para justificar esse excesso de precaução. O próprio Banco já reconheceu que tomou cautela demasiadamente. Por isso que faz questão de estar hoje aqui às 16h30min, neste mesmo plenário, para mudar essa forma de classificação dos documentos que estão sendo enviados para a CPI.

Mas, para falar sobre o assunto, eu passo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alguns diretores do Banco nos procuraram — a mim e ao Presidente — para justamente solicitar que pudessem apresentar aqui, numa reunião da Comissão, como eles poderiam fornecer esses documentos.

Informaram que não há nenhum problema por parte do Banco oferecer todas as informações solicitadas. Agora, determinadas informações teriam que vir sob transferência de sigilo. E é sobre isso que eles vão apresentar suas razões numa reunião que foi convocada pelo Presidente, que será logo em seguida a esta, para que eles possam apresentar essas preocupações deles e como o encaminhamento será feito por esta Comissão no atendimento que eles terão de dar às requisições dos documentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho importante a participação de todos os integrantes desta CPI, porque, justiça seja feita, o Banco tem procurado o Relator e o Presidente, Deputado Betinho, com a boa intenção de prestar todas as informações. O Banco reconheceu que exagerou na classificação do envio desse material, mas o Banco tem algumas propostas, eu acho interessantes, para que todos os Parlamentares possam receber todas as informações possíveis.

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Gostaria só de registrar que acho importante essa convocação e que precisamos dar celeridade a essa reunião importante com o pessoal do banco, para tratarmos essa questão. Mais uma vez, eu acho que nós... Quem tem o que esconder pode até ficar preocupado em ficar se justificando. Eu acho que nós, que temos o voto popular e que temos uma vida aberta à população... Por isso que defendo o não financiamento de empresas na campanha eleitoral. Então, é uma contradição.

E vi aqui que, em 2014, o PSDB recebeu das dez maiores empresas doadoras 139 bilhões — mais até do que o próprio PT. Em especial, das quatro maiores empreiteiras em doação, as mais beneficiadas pelo BNDES voltam a 65 milhões contra 58 milhões.

Nós estamos fazendo uma apuração de irregularidades e precisamos ir a fundo nessa apuração. Agora, nesse discurso, nós precisamos manter a coerência. E os fatos é que vão comprovar, porque, diferentemente da outra CPI, aqui já não existe a presunção da inocência. É o princípio de fazermos esse processo de investigação. Senão, estão vindo aqui na qualidade de réus, estão vindo aqui na qualidade de investigados. Portanto, eu acho importante termos essa diferenciação no trato em relação à CPI do BNDES, no que diz respeito à CPI da PETROBRAS.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Como autor, concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, confesso que estou absolutamente surpreso com os entendimentos e os conchavos que existiram aqui dentro para esse tipo de não aprovação de requerimentos.



Preocupa-me muito. Eu já vi em 25 anos coisas acontecerem aqui e nós sairmos desmoralizados. Nós vamos sair desmoralizados desta CPI a continuar esse procedimento. Não importa quem deu ao PSDB, ao Democratas. Importa é que aqui sejam averiguados tudo e todos. E é por isso que nós estamos fazendo esse trabalho claro, transparente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, quero reiterar a posição do Deputado Betinho com relação aos documentos. É lamentável essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos resolver isso hoje. V.Exa. pode ficar tranquilo, que nós vamos resolver essa questão hoje.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Espere aí, eu tenho o direito de usar a palavra. Na hora em que V.Exa. estiver usando a palavra, eu não atrapalho. Então, quero que respeitem a minha palavra.

Eu quero falar porque nós estamos com o tempo correndo, com documentos vindo e aprovados, e eles não chegam como foram aprovados aqui dentro. Então, quer dizer, nessa de o banco se retratar e ver como que ele vai proceder, é mais uma semana ou duas semanas perdidas. *“Ah, a gente não entendeu bem como que era para mandar os documentos”*. Olha, Isso aqui não é piquenique. É uma CPI. Nós queremos que os documentos, da maneira como foram aprovados dentro desta CPI, cheguem para que possamos investigá-los.

Então, eu queria fazer dessas minhas palavras... E acho importante que nós possamos votar... Inclusive há uma sugestão aqui de votarmos até o 16 em bloco, para podermos dar mais celeridade a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa.

Como autor, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Vidigal e, depois, ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Eu só gostaria de reiterar aqui que me sinto contemplado com a justificativa do Deputado Miguel Haddad, quando faz a solicitação da convocação do empresário Eike Batista, para que possamos realmente ter conhecimento sobre quais foram os mecanismos desse empréstimo de



mais de 10 bilhões de reais ao Grupo EBX e evidentemente sabermos por que o BNDES financiou empresas que hoje estão em derrocada financeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, gostaria só de afirmar que eu acho que nós solicitamos um volume gigantesco de informações para o BNDES, que, tenho certeza, serão encaminhadas.

Eu acredito que nós temos que averiguar aqueles casos em que houve falência das empresas e que, efetivamente, pode ter havido prejuízos ao BNDES. Então, nós gostaríamos aqui de apoiar aqueles requerimentos que dizem respeito a empresas que tiveram ou podem ter trazido prejuízo ao BNDES.

No caso da empresa do Sr. Eike Batista que foi à falência, ela não havia sido financiada pelo BNDES. E, depois, as outras empresas que haviam sido financiadas tiveram o seu controle transferido para outras empresas. Portanto, ao que consta, não houve prejuízo aos recursos públicos.

Portanto, nós vamos votar contrariamente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o Requerimento nº 3, de 2015, apensados os itens 7, 9 e 23, dos Deputados Carlos Melles, Sérgio Vidigal e Arnaldo Jordy.

Requerimento nº 3/15, dos Srs. Miguel Haddad e Raul Jungmann — (RCP 14/2015), que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do senhor Eike Batista, do Grupo EBX”*.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 13, de 2015, dos Srs. Miguel Haddad e João Gualberto — (RCP 14/2015) que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Ivan Ramalho, Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria*



e Comércio Exterior e Presidente do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações — COFIG, para prestar depoimento”.

Esse item 2, referente ao Requerimento nº 13, está apensado ao item 6, do Deputado Carlos Melles.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a convocação se faz necessária, até para que o Sr. Ivan Ramalho possa prestar esclarecimentos sobre como o COFIG delibera em suas operações e estabelece os parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e de prestações de garantias da União, razão pela qual nós apresentamos o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto o Deputado Carlos Melles se vai querer encaminhar o requerimento. *(Pausa.)* Não?

Em votação Requerimento nº 13/2015, dos Srs. Miguel Haddad e João Gualberto, apensado ao item 6, de autoria do Deputado Carlos Melles. Trata-se da convocação do Sr. Ivan Ramalho, Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Presidente do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações — COFIG, para prestar esclarecimento a esta CPI.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3. Requerimento nº 43, de 2015, do Sr. Carlos Melles — (RCP 14/2015), que “*solicita a convocação do Sr. Wilson Zanatta, fundador da empresa LBR Lácteos, para prestar depoimento nesta CPI*”.

Consulto o autor se deseja encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este faz parte também do mesmo grupo de requerimentos de convocação de pessoas que foram financiadas pelo BNDES, BNDESPAR, e que merecem ser ouvidas nesta Comissão, da mesma forma do Grupo JBS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Em votação o item 3 da pauta. Requerimento nº 43, de 2015, do Sr. Carlos Melles — (RCP 14/2015), que *“solicita a convocação do Sr. Wilson Zanatta, fundador da empresa LBR Lácteos, para prestar depoimento nesta CPI”*.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 47, de 2015, do Sr. Carlos Melles — (RCP 14/2015), que *“solicita a convocação do Sr. Dalton Avancini, ex-diretor presidente da empresa Camargo Corrêa, para prestar depoimento nesta CPI”*.

O Requerimento nº 47 está apensado ao item 14, de autoria do eminente Deputado Arnaldo Jordy.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Da mesma forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é no sentido de um esclarecimento, do dever de chamamento daqueles que merecem ser ouvidos por esta CPI.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Presidente, para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini, para encaminhar contra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o Sr. Dalton Avancini já prestou inúmeros depoimentos à Polícia Federal, à Justiça do Paraná, à CPI da PETROBRAS. Então, a convocação do Sr. Dalton Avancini aqui vai ser meramente um espetáculo para chamar a mídia. Não tem nenhuma função.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Não tenho vocação para espetáculo, não, Deputado Carlos Zarattini, perdoe-me.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu estou com a palavra, Deputado Carlos Melles.

Então, nós aqui, Sr. Presidente, achamos que seria talvez mais interessante se a CPI requeresse os depoimentos a todos esses órgãos nos quais o Sr. Dalton Avancini já fez os seus depoimentos e verificasse esses depoimentos, para ver se



existe alguma coisa de interesse desta CPI, sobre o objeto desta CPI. Senão nós vamos estar aqui simplesmente chovendo no molhado.

Então, eu sou contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero ser impertinente até em algumas obviedades. Eu repito: o Sr. Dalton Avancini já delatou ao Poder Judiciário e ao Ministério Público do Brasil, na Operação Lava-Jato, que pagou propina. Esse era o objeto lá da Operação Lava-Jato.

Qual é a novidade que tem a ver com esta CPI? Ele declarou também que teve que superfaturar obras no BNDES para poder fazer jus ao pagamento de propina no valor de 102 milhões de reais — 102 milhões de reais!

Ao Presidente do BNDES e aos diretores que já estiveram aqui eu perguntei a todos eles se havia a possibilidade de superfaturamento nas obras, e eles nos disseram que em absoluto não havia, que as obras foram todas tranquilas, transparentes. Nos contratos, foi pago aquilo que era devido, etc, etc, etc.

Ora, há uma contradição flagrante entre o cara que fez a obra, que disse que pagou propina e que disse que teve que superfaturar, e o banco que nos disse aqui — todos ouviram, está nas notas taquigráficas — que não houve sequer suspeita de superfaturamento.

Então, alguma coisa volatizou nesse universo mágico da relação entre a Camargo Corrêa, presidida pelo Sr. Dalton Avancini, que comanda o Complexo Belo Monte, o consórcio de empresas que fazem Belo Monte... Ela é a principal participadora, integrante deste consórcio, com 16%. E evidentemente, salvo os meus neurônios, que concluem que há uma contradição visível, flagrante, inexplicável entre a instituição que diz que não houve superfaturamento e o delator, que diz que houve superfaturamento para poder pagar propina. Lógico, isso tem a ver com os interesses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Então, eu acho imprescindível, ao contrário do Deputado Zarattini, que o Sr. Dalton Avancini venha esclarecer isso, que não é objeto da Lava-Jato. Lava-Jato é



problema de propina, de participação, de financiamento de campanhas, etc. e tal. Nós estamos falando aqui de superfaturamento de obras, financiada em 82% pelo Banco Nacional. Aliás, a maior obra do PAC, como diz a propaganda oficial do Governo. Então, essa é a razão do requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria de ter do autor alguns pequenos esclarecimentos. Primeiro, se o BNDES licitou obra de Belo Monte. Segundo, se o BNDES tem um contrato de execução da obra de Belo Monte. Terceiro, se o BNDES pagou fatura de Belo Monte. Respondidas essas três questões, formaremos juízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo Jordy, para responder ao Deputado Edio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu fico, Deputado Edio, lhe devendo essas perguntas. V.Exa. teve a oportunidade de perguntar isso ao Presidente do Banco, para o Vice-Presidente do Banco, para o Diretor de Ação Jurídica do Banco, para o Diretor de Ações Institucionais do Banco, mas não perguntou e vem perguntar para mim? Eu não sei, Deputado Edio. O senhor pergunte para o banco. Ou então pergunte para o Dalton Avancini. Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Com essa forma, Sr. Presidente, o botequim da esquina, que pegou um empréstimo do banco e vendeu fiado, tem que... O Banco tem que ser responsável por isso? Eu acho, de todo, descabidos, despropositais os argumentos apresentados pelo requerente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o item 5 da pauta.

Requerimento nº 47, de 2015, do Sr. Carlos Melles (apensado o item 14, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy), que *“solicita a convocação do Sr. Dalton Avancini, ex-diretor presidente da empresa Camargo Corrêa, para prestar depoimento nesta CPI”*.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não tem uma hora ainda não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não cabe verificação ainda, Deputado Zarattini.

(Não identificado) - Interstício. Aprovado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Aprovado.

Item 8. Requerimento nº 50, de 2015, do Sr. Carlos Melles — (RCP 14/2015), que *“solicita a convocação do Sr. Marcos Póvoa, ex-Presidente da empresa LBR Lácteos, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Aqui há um acordo. O Deputado Zarattini e todos estão de acordo para ouvir, que é o mesmo incidente da LBR. Só que aqui, no caso, como ex-Presidente dessa empresa de lácteos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Melles.

Requerimento nº 50, de 2015, do Sr. Carlos Melles — (RCP 14/2015), que *“solicita a convocação do Sr. Marcos Póvoa, ex-Presidente da empresa LBR Lácteos, para prestar depoimento nesta CPI”*.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Passa-se ao item 13 da pauta, retirado por solicitação do autor.

Item 15. Requerimento nº 187, de 2012, do Sr. José Rocha — (RCP 14/2015), que *“requer que o Sr. Antônio Delfim Netto seja convidado a colaborar com os esforços desta CPI para esclarecer aspectos das operações de crédito firmadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Delfim Netto é economista e professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, ocupou os postos de Ministro da Fazenda, da Agricultura e de Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e foi Deputado Federal por cinco mandatos”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Relator, José Rocha.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, pelo currículo do ex-Ministro Delfim Netto, pelo conhecimento que ele tem na área da economia, por ter sido Ministro da Fazenda, e ocupou ainda outros Ministérios da República, eu acho que ele pode dar uma grande contribuição a esta Comissão, vindo aqui para falar sobre as questões da economia que envolvem o BNDES na promoção do desenvolvimento econômico e social do País. É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se mais algum Parlamentar gostaria de encaminhar. Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu só queria fazer um comentário, Sr. Presidente, no sentido de que apoio o pedido de requerimento do Relator, mas que houvesse uma consulta ao ex-Ministro Delfim Netto, tendo em vista suas condições de saúde, obviamente pela avançada idade, condições de se locomover, para que ele possa estar aqui presente conosco, o que seria muito enriquecedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. Não tenho dúvida alguma de que a CPI vai tomar todas as medidas cabíveis para que ele possa ter toda a tranquilidade para comparecer a esta CPI.

Em votação o item 15 da pauta. Requerimento nº 187, de 2015, do Sr. José Rocha.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 16. Requerimento nº 188, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer que o Sr. José Augusto de Castro seja convidado a colaborar com os esforços desta CPI para esclarecer aspectos das operações de crédito firmadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). José Augusto de Castro é Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil — AEB”*.

Para encaminhar a favor do requerimento, concedo a palavra ao autor, Relator José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, pelo motivo óbvio de ele ser Presidente dessa grande entidade, que ele possa trazer aqui as suas



colaborações, quanto aos questionamentos que os Deputados e esta Relatoria possam fazer em relação justamente a todos esses contratos que são realizados pelo Brasil e projetos financiados no exterior. Espero que possamos ter aqui com a vinda do Sr. José Augusto realmente uma grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se mais algum Parlamentar gostaria de encaminhar. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento do Sr. Relator, Deputado José Rocha, em que requer que o Sr. José Augusto de Castro seja convidado a colaborar com os esforços desta Comissão Parlamentar de Inquérito — Item 16 da pauta.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17. Requerimento nº 206, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“requer ao Governo do Estado de São Paulo cópia de inteiro teor de todos os contratos e documentos referentes aos processos de licitação do projeto de implantação da Linha 15 — Prata do Metrô de São Paulo, em sistema de Monotrilho no trecho entre as estações Vila Prudente e Hospital Cidade Tiradentes por meio de operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”*.

Para encaminhar a favor do Requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO GOULART - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós encaminhamos os Requerimentos nºs 17, 18, 19 e 20. Todos eles solicitam a verificação dos processos de licitação de obras do metrô de São Paulo que foram financiadas pelo BNDES. Várias dessas obras tiveram participação de empresas que estão sendo investigadas, e nós gostaríamos de apurar como foi esse processo de licitação com recursos públicos do BNDES. Então, se for possível, solicito que votemos em bloco, porque eu acho que todos têm o mesmo sentido, o mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos já ver isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é apenas para manifestar a minha posição contrária. Tenho um respeito muito grande pelo Deputado Zarattini, mas acontece que as obras, as licitações feitas por qualquer Governo de Estado são feitas no Estado, fiscalizadas pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas do Estado. Então, não tem nada a ver. Podemos até questionar o financiamento do BNDES, mas não a licitação. Eu vejo que esses processos não teriam que vir à CPI. É a minha impressão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio. Depois, falará o Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, gostaria aqui de compartilhar a preocupação do Deputado Zarattini. S.Exa. demonstra em alguns requerimentos a total falta de compromisso com as informações, com o que lhe é conveniente. Quando quer investigar, S.Exa. deseja fazê-lo de forma muito firme. Gostaria de ir ao encontro do requerimento dele, pedindo que, ao aprovarmos esse requerimento, que eu acho que é positivo, possamos incluir também os contratos do Governo do Distrito Federal, os contratos do Governo do Estado do Rio de Janeiro da Linha 4, os contratos do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, e os contrato, também do Governo do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

De acordo com esse pensamento, o Deputado Zarattini demonstrará que está a favor das investigações do Banco em geral, não só de uma parte das suas preocupações.

Então, eu faço a solicitação ao Deputado Zarattini, que em outros requerimentos não teve essa mesma vontade de investigação, e que agora S.Exa. possa ter essa vontade que seja comum de todos. E, ao aprovarmos o requerimento dele, que se possa constar o aditivo desses lugares, para que possamos ter essas mesmas informações nessas outras localidades.

Se o Deputado não se opuser, faço aqui o compromisso de votar com ele todos os requerimentos, inclusive em bloco, incluindo essas localidades. Se ele não se opuser, como acho que não vai fazer, pois demonstra que tem a vontade da



investigação plena, acho que nós poderemos entrar em um consenso investigativo para melhor esclarecimento dos fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Eu já retorno a palavra ao Deputado Zarattini para que possa responder a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu acho que está muito clara a intenção do Deputado Zarattini de, única e exclusivamente, gerar um factóide em torno de uma questão que não diz respeito essencialmente a esta CPI. Mas, como o Deputado Caio Narcio aqui encaminhou, nós não vamos nos opor, na medida em que também se ampliar para o Governo Federal e outros Estados e Municípios que tenham licitado obras com financiamento de recursos do BNDES.

É bom dizer que essa iniciativa é inócua, porque o Deputado poderia ter acesso por outros meios. Os documentos de licitação são públicos. Bastava o Deputado fazer um ofício pela Lei da Transparência e solicitar ao Governo do Estado o processo licitatório. Mas, se quer fazer a solicitação para criar um fato, nós vamos apoiar, desde que haja o adendo, a inclusão desses outros órgãos, como o Governo Federal, Governos Municipais, todas as licitações que envolvam financiamentos com recursos do BNDES.

Quero dizer apenas que nós não temos a mínima preocupação em relação a esse assunto. Mas, evidentemente, não é correto solicitarmos apenas do Governo do Estado de São Paulo e deixarmos de fora outros Estados, como foi dito aqui pelo Deputado Caio Narcio, inclusive o próprio Governo Federal, processos de licitação do Governo Federal em relação a obras que são financiadas pelo BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Eu vou passar a palavra a todos que a solicitarem, mas peço brevidade, porque nós temos seis oradores inscritos aqui para discutir essa questão.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, tenho só uma questão de ordem. Desculpe-me, Deputado Delegado Edson Moreira. Seria muito importante termos a manifestação do Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas ele não é obrigado a se manifestar.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - É só um pedido, eu só estou fazendo um pedido, se há concordância ou não. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. quer ouvir os oradores inscritos, Deputado Carlos Zarattini? *(Pausa.)*

O Deputado Carlos Zarattini faz questão de ouvir todos os inscritos.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Queria ver o período em que foi feita essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - No requerimento não consta. Mas o Deputado Carlos Zarattini, depois, vai explicitar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não, porque é o seguinte: nós estamos investigando de 2013. Se for para trás de 2013 é inócuo, é inócuo. Então, é só isso aí, Sr. Presidente.

Eu também não estou vendo qual é a necessidade disso. Eu não sou do PSDB, não sou de nada, mas não estou vendo necessidade nenhuma. Isso aí é revanche, pelo que eu estou vendo. Isso é revanche. E não está certo usar uma CPI para fazer revanche, não está certo não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu acho interessante a fala de alguns colegas, inclusive a do Deputado Betinho, que falou anteriormente que o requerimento do Deputado Carlos Zarattini é factóide. Tudo que é proposta do PT é factóide, inclusive o seu partido, é só verificar alguns clássicos como a CPI da Privatária, o papel que teve o BNDES no Governo do partido dele, inclusive o papel que teve Luiz Mendonça quando foi Presidente do BNDES. Então, isso não é um problema de factóide.



O Deputado Carlos Zarattini aqui está solicitando cópia. Ele não está criando ainda nenhum processo de julgamento, está solicitando informações. E, em relação à proposta do Deputado Caio, sobre a qual o Deputado Zarattini vai externar, é importante fazer esse debate. Na realidade, o que a gente percebe aqui é que a bancada do PSDB é contrária a essas informações e fica...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Espera aí.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Deputado, V.Exa. se inscreva e fale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu garanto a palavra ao Deputado Paulão.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - V.Exa. se inscreva e fale. V.Exa. se inscreva, faça a sua inscrição e fale.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - V.Exa. não faça ilação.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Eu não interrompi quando V.Exa. falou, certo?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não faça ilação.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Eu não faço ilação, não. Estou falando aqui o que é fato. V.Exa., na sua hora, faça a sua inscrição.

Então, o Deputado Betinho Gomes falou que é factóide. O Deputado Carlos Zarattini apresentou um requerimento solicitando informações, e é importante, sim, que a gente inclua, como a proposta do Deputado Caio Narcio, que é muito coerente, vários requerimentos fazendo um adendo aqui. A exemplo do Rio de Janeiro, é importante a gente discutir a questão de Salvador. Por que não? Vamos fazer todas as discussões.

Deputado Carlos Zarattini, eu faço um pedido a V.Exa., como integrante da bancada do PT: o importante aqui são informações, nós queremos informações. É verdade que a questão temporal tem um prazo definido, tem um foco definido, e todos nós aqui temos experiência em relação a esse fato. Que a gente possa aprofundar o período do PSDB, quando Luiz Mendonça foi Presidente do BNDES, e o desserviço que ele fez para a Nação brasileira.

Deputado Carlos Zarattini, no momento exato, V.Exa. vai falar, mas é importante discutir e incluir esse requerimento, inclusive não só do Rio de Janeiro, mas também da cidade de Salvador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Paulão.

Com a palavra o Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, primeiro quero explicar para o Deputado Paulão que o Deputado Caio Narcio, o primeiro a falar sobre esse requerimento do Deputado Carlos Zarattini, foi favorável. Diferentemente de V.Exa., que acha que quer esclarecimento e que a turma do Friboi não tem nada para explicar, porque V.Exa. votou contra a convocação dele. Acho que V.Exa. deve explicar isso para todos que estão aqui, dizendo por que V.Exa. votou contra.

Nós fomos favoráveis sim. Agora, é lógico que não vamos chamar só São Paulo. Se houve algum problema com o contrato do BNDES — e talvez com São Paulo, com Rio de Janeiro, com Brasília, com Belo Horizonte, com a Bahia —, então, convoque todos. Qual é o problema? Só isso. E nós somos a favor.

Não coloque palavras ao vento e inverdades. Nós somos favoráveis. E V.Exa. foi contra a convocação da turma do Friboi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o próximo orador, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu peço ao Deputado Carlos Zarattini que também inclua aí o metrô de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, também reitero a inclusão do metrô de Salvador. Nós vamos votar favoravelmente a todo esse conjunto de documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, veja bem, nós estamos aqui com objeto definido desta CPI. Os requerimentos que foram apresentados me parecem uma definição seletiva do que votar e não votar. Isso está claro para nós.

Os requerimentos iniciais, em uma manobra regimental para a inversão de pauta, visaram uma capa de proteção ao JBS, e isso é uma seletividade. As razões talvez estejam no subterrâneo de relações que precisam vir a público por aqueles



que devem explicações, inclusive relativas ao tal empréstimo vinculado do BNDES à JBS. E, nos requerimentos subsequentes, as falas das Sras. e dos Srs. Parlamentares vão no sentido do apoio para convocar os mais diversos setores da atividade econômica que obtiveram financiamentos do BNDES, e essas representações empresariais são medidas seletivas.

No entanto, esse requerimento do Deputado Carlos Zarattini, que nós entendemos que foge ao objeto, porque pede licitações, não está levando em consideração o financiamento. Para demonstrar a posição clara do PSB de que sejam apurados integralmente todos os fatos que esta CPI objetiva alcançar, nós vamos fazer o apoio, solicitando, inclusive, a inclusão do metrô da cidade de Salvador, para que seja objeto de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bem, Sr. Presidente, eu também gostaria de reiterar as palavras dos meus colegas de bancada, Deputados Caio Narcio, Betinho Gomes e João Gualberto. Nós não temos nenhuma objeção em aprovar o requerimento para examinar as licitações, apesar de que, como já foi mencionado, a LAI — Lei de Acesso à Informação poderia colocar à disposição de qualquer cidadão as informações sobre as licitações públicas, que são muito bem ditas. Mas nós do PSDB queremos colocar aqui todos os contratos. Já foi colocado aqui pelo Deputado Betinho que foram rasgados documentos que nos chegaram. Muitos colegas aqui têm informações privilegiadas, porque comentam até sobre contratos e sobre documentos que nós não temos ciência.

Nós queremos, sim, porque é uma situação para Belo Monte. Em outro local, a situação é distinta. Nós queremos investigar, queremos colocar aqui empresários, políticos e todos aqueles que tiveram relação direta ou indireta, que, de alguma forma, se beneficiaram de qualquer tipo de empréstimo do BNDES ou de compra de participação.

A nossa bancada vem, em peso, aqui colocar que o Deputado Zarattini poderia aceitar esse aditivo e incluir, sim, a investigação de todas essas outras obras similares que foram objeto de concessão de empréstimo por parte do BNDES.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Deputado Zarattini, para responder às indagações.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria que o Deputado Caio Narcio precisasse os contratos que quer adendar. Quais são?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Todos esses que tratam de investimentos em metrô, em todos os Estados, com contratos vinculados ao BNDES.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Podemos incluir também o BRT de Belo Horizonte?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sem problema.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, estamos de acordo, incluindo o BRT de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há acordo, então.

Eu consulto V.Exa...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E o BRT do Distrito Federal, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então temos um acordo.

Eu consulto V.Exas. se podemos votar os quatro itens...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...em bloco. Há consenso e o acordo de V.Exas.

Em votação os Requerimentos nºs 206, 207, 208 e 209, do Sr. Carlos Zarattini.

Sras. e Srs. Parlamentares que aprovaram inclusive os adendos e aprovam os requerimentos permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Item 22. Requerimento nº 241, de 2015, do Sr. Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação, na condição de testemunha, do ex-presidente do frigorífico Independência, Sr. Graciano Roberto Russo”*.

Concedo a palavra ao Deputado Miguel Haddad, autor do requerimento.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, as razões não são muito diferentes dos requerimentos anteriores. O Frigorífico Independência teve financiamentos do BNDES. Isso foi amplamente divulgado pela imprensa. É importante que nós possamos ter maiores informações sobre essas linhas de crédito. São essas as razões.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Parece-me que há, depois desse requerimento, se eu não estiver enganado aqui, outro requerimento de convocação do Sr. Fersen Lambranco, da LBR Lacteo, da Marfrig Group. Poderíamos votar juntos, se houvesse concordância de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu consulto o Plenário se há concordância de V.Exas. para votarmos todos em bloco. Concordância?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Concordância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vinte e dois, 24, 25 e 26. E teve dois Requerimentos nºs 241, de 2015, do Sr. Miguel Haddad; item 24, Requerimento nº 245, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini; item 25, Requerimento nº 248, de 2015, do Sr. José Rocha; item 26, Requerimento nº 251, de 2015, do Sr. José Rocha.

Sras. e Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Gostaria, mais uma vez, de ratificar um convite a V.Exas. Às 16h30min, nós teremos, aqui mesmo neste plenário, a assessoria técnica e jurídica do BNDES. Se eles já estiverem aí, nós já podemos...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...na sequência, tratar dessa questão interna, que envolve o envio de requerimentos a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só para acrescentar uma informação à questão da resposta das atas, que me parece que já estão sendo disponibilizadas. Mas também há um requerimento, de nossa autoria, o Requerimento nº 7, pedindo informações sobre os contratos da Refinaria Abreu e Lima. Alguns questionamentos não foram respondidos pelo banco. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que, na reunião, fosse tratado desse assunto também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço a V.Exa. que oficialize o seu pedido, e, pessoalmente, eu me comprometo a tratar do assunto de V.Exa., Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu tenho aqui um requerimento, extrapauta, de convocação do Sr. Vagner Freitas, Presidente da CUT. Eu estou com o requerimento, extrapauta, não consegui apresentá-lo antes da sessão. Gostaria de saber se é possível fazer um acordo com V.Exas., com o nobre Relator, no sentido de não haver a necessidade de eu fazer o requerimento extrapauta e ele constar na próxima sessão. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. pode colocar na próxima sessão. Mas hoje, infelizmente, eu não posso atendê-lo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu não estou pedindo hoje. Eu estou pedindo para, na próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Na próxima sessão, V.Exa...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, só um minuto. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Na próxima sessão deliberativa, V.Exa. tem toda autonomia para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Gostaria de saber se podemos contar com a inclusão na pauta, sem a necessidade do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Amanhã nós não teremos sessão deliberativa. Mas nós temos oitiva de dois ex-Presidentes do BNDES. Talvez, na próxima semana, V.Exa...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na próxima sessão deliberativa. Existe o consenso do Relator, da Presidência em incluir o requerimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quanto ao Relator, o.k.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sem a necessidade da extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. já tem a anuência do Relator.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Está o.k.? Então, agradeço desde já. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu é que agradeço a V.Exa. Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para quinta-feira, dia 10 de setembro, às 9 horas, em plenário a ser definido, para a oitiva dos ex-Presidentes do BNDES, Srs. Eleazar de Carvalho e Carlos Francisco Lessa, às 9 da manhã.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado pela presença de todos.